

Planejamento Pedagógico em Equipe Transdisciplinar

*Alexandra Oliveira Aragão
Renata Gomes de Jesus*



Planejamento Pedagógico em Equipe Transdisciplinar

Guia Colaborativo para Condução do
Planejamento Pedagógico em Equipe
Transdisciplinar

Alexandra Oliveira Aragão

Renata Gomes de Jesus





Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo
R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Reitor: Jadir José Pela
Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Lezi José Ferreira
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Luciano de Oliveira Toledo
Pró-Reitora de Ensino: Adriana Pionttkovsky Barcellos
Pró-Reitor de Extensão: Lodovico Ortlieb Faria
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: André Romero da Silva
Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

Conselho Editorial

Aldo Rezende * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Aparecida de Fátima Madella
de Oliveira * Felipe Zamborlini Saiter * Gabriel Domingos Carvalho * Jamille
Locatelli * Marcio de Souza Bolzan * Mariella Berger Andrade * Ricardo Ramos
Costa * Rosana Vilarim da Silva * Rossanna dos Santos Santana Rubim * Viviane
Bessa Lopes Alvarenga.

Revisão de texto: Alexandra Oliveira Aragão

Projeto gráfico: Alexandra Oliveira Aragão

Diagramação: Alexandra Oliveira Aragão

Capa: Alexandra Oliveira Aragão

Imagem de capa: CANVA

Imagens do miolo: CANVA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

A659c Aragão, Alexandra Oliveira.
Planejamento Pedagógico em Equipe Transdisciplinar: Guia
colaborativo para condução do planejamento pedagógico em equipe
transdisciplinar / Alexandra Oliveira Aragão, Renata Gomes de Jesus. – 1.
ed. - Vitória : Edifes Acadêmico, 2024.
35 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-915-3 (E-book)

1. Planejamento educacional – Manuais, guias, etc. 2. Pessoas com
deficiência. 3. Educação - tecnologias e transdisciplinaridade - Grupos de
trabalho. 4. Ensino profissional. I. Jesus, Renata Gomes de. II. Instituto
Federal do Espírito Santo. III. Título.

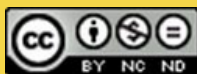
CDD 21 – 371.9046

Elaborada por Wagner Ayrão de Castro – CRB-6/ES – 1.005

DOI: 10.36524/9788582639153

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas ad hoc.

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Brasil.



Sobre as Autoras e Organizadoras

ALEXANDRA OLIVEIRA ARAGÃO



Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT (IFES) - Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFES - 2021) - MBA em Controladoria e Finanças (FUCAPE - 2009), Graduada em Administração Geral (Estácio de Sá de Vitória - 2006). Professora/Atualmente Coordenadora no Programa Qualificar ES - Programa Desenvolvido e promovido pela SECTI - (Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional).

<http://lattes.cnpq.br/5650684182667967>

RENATA GOMES DE JESUS



Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2016), Mestrado em Administração (UFES), graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e em Educação Física (Bacharelado - Claretiano, 2018). Atualmente é professora titular do Instituto Federal do Espírito Santo nos cursos Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica e graduação em Engenharia Elétricano Campus de Guarapari e Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Campus Vitória.

<http://lattes.cnpq.br/1386809028095357>

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO EM EQUIPE TRANSDISCIPLINAR



As intervenções relevantes a serem tomadas no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais sumarizam os esforços que cada profissional realiza nas buscas por informações e aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Muitas pessoas não reconhecem que a atuação de cada profissional da educação não se limita às suas atividades em sala de aula, muito pelo contrário, ela se desenvolve no íntimo do seu lar, numa formação continuada, na troca de vivências entre os pares, etc.

Fazer parte de uma equipe transdisciplinar envolvida com Educação Especial, principalmente, quando está imersa na Educação Profissional e Tecnológica exige que o profissional seja adequadamente qualificado para lidar com os desafios diários que são tão peculiares no cenário escolar contemporâneo, isto é, um ambiente rico em diversidade.

O planejamento pedagógico direciona o sistema educacional e o trabalho no âmbito escolar e depende da ação pedagógica da equipe transdisciplinar para influenciar e gerar progressos acadêmicos a todo alunado e, sobretudo aos professores que precisam atuar em um ambiente escolar saudável. Além disso, o planejamento deve estar alinhado com a missão e os valores inerentes à instituição de ensino e ao trabalho do professor.

Este produto educacional no formato de um guia destina-se a ajudar a equipe transdisciplinar a realizar um planejamento pedagógico em equipe, a fim de contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo e que faça a diferença para os alunos com necessidades especiais. As etapas presentes neste guia, quando colocadas em prática, podem estimular mais confiança no profissional que precisa desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica à luz da Educação Especial.



SUMÁRIO

7 SAUDAÇÃO À EQUIPE TRANSDISCIPLINAR

Objetivo deste Guia Colaborativo
Quem Constitui uma Equipe Transdisciplinar?

10 A EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A Educação Profissional Inclusiva
Legislação no âmbito da Educação Especial
Diversidade no ambiente Escolar: Quem são os alunos com deficiência?
Comportamentos Inclusivos

20 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA

Planejamento Pedagógico em Equipe Transdisciplinar (PPET)
Ações pedagógicas para o desenvolvimento do PPET
Modelo de PPET para registro das Ações pedagógicas

28 PROMOÇÃO – PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA

30 TECNOLOGIA ASSISTIVA EM FAVOR DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

34 REFERÊNCIAS

SAUDAÇÃO À EQUIPE TRANSDISCIPLINAR



ESTIMADA EQUIPE TRANSDISCIPLINAR!

É com muito carinho que dedico este Guia Colaborativo para Condução do Planejamento Pedagógico em Equipe Transdisciplinar a todos os profissionais que constituem esse grupo, bem como àqueles que desejam aprimorar suas práticas pedagógicas dentro de sua instituição de ensino, de preferência, de forma colaborativa.

Existe uma frase motivacional de Margaret Carter que diz: “A melhor parte do trabalho em equipe é ter sempre alguém com quem contar ao seu lado”. A crença nessa premissa nos permitiu percorrer uma trilha investigativa bem sucedida dentro da instituição do estudo e tivemos o privilégio de trocar muitas vivências com a equipe pedagógica, corpo docente e funcionários.

Nesse sentido, convidamos os leitores a conhecer esse Guia como auxílio para garantir uma educação inclusiva dentro do Ensino Profissional e Tecnológico.

OBJETIVO DESTE GUIA COLABORATIVO

O objetivo deste Guia é oferecer às equipes pedagógicas elementos que possibilitem análises do contexto das atividades de ensino do docente, para com alunos da educação especial e permitir intervenções que estimulem a reflexão e auxiliem no desenvolvimento de práticas para a superação das dificuldades que venham a surgir durante o processo de ensino-aprendizagem.

QUEM CONSTITUI UMA EQUIPE TRANSDISCIPLINAR?



O termo transdisciplinaridade é composto pelo prefixo “trans” que significa “além” e, em outras palavras, essa junção tem como finalidade indicar que o conhecimento transborda as disciplinas e enxerga o processo de ensino-aprendizagem de forma holística ao trabalhar os conhecimentos através de olhares e ferramentas além dos aspectos cognitivos. Dessa forma, essa abordagem permite que ocorram possibilidades de ações de esfera subjetiva, tais como, a intuição, sentimentos, expressões das emoções em complementaridade aos conhecimentos técnicos propostos pelas disciplinas.

Conceitualmente, a Equipe Transdisciplinar refere-se a um coletivo de pessoas de distintas especialidades atuando e desenvolvendo atividades de diferentes naturezas como um colegiado articulado, sendo fundamentais as habilidades e as competências individuais, bem como complementares, a fim de possibilitar uma integração real, demais de agregar percepções e saberes (PARANÁ, 2008). Resume-se a uma forma de intervenção colaborativa e participativa, em acordo aos princípios democráticos e saberes diversificados, considerando a experiência profissional, além dos conhecimentos formais e informais daqueles que as compõem e se constituem pelo planejamento em conjunto.

Em geral, os profissionais que constituem esse coletivo podem envolver: psicólogos, pedagogos, professores das disciplinas das modalidades de ensino, professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), intérpretes de LIBRAS, apoio às atividades de alimentação, locomoção e higiene, entre outros.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4 do Ministério da Educação (BRASIL, 2009), são considerados professores capacitados para lidar com alunos que apresentam necessidades especiais aqueles que receberam a formação em educação especial e que tenham desenvolvido as seguintes competências:



Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar as ações pedagógicas nas diferente áreas de conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com os professores especializados em educação especial.

Então, como podemos perceber que a equipe transdisciplinar deve ser composta, essencialmente, por profissionais qualificados, competentes e comprometidos com o cumprimento da legislação vigente no âmbito da educação especial e, conforme observado na Resolução citada, o trabalho em equipe é considerado uma das competências que tornam um professor capacitado a promover com efetividade a educação inclusiva em sua instituição de ensino.



A EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, o profissional da educação especial precisa ser capacitado para poder atuar nesta modalidade e isso não seria diferente para um profissional da Educação Profissional e Tecnológica. Mas o que difere cada uma dessas modalidades de ensino? Vamos recordar alguns conceitos ou, quem sabe, aprender um pouco sobre esse assunto tão pertinente ao contexto deste Guia.



A Educação Profissional e Tecnológica é destinada ao desenvolvimento de aptidões para a vida profissional, visando o protagonismo do indivíduo e a sua inserção no mundo do trabalho. Ela ocorre a partir da oferta de cursos de formação inicial e continuada, permitindo que o aluno desenvolva conhecimento acerca de determinada profissão. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996), o artigo 39 dita que: A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

O artigo 58 da LDB (BRASIL, 1996) determina que a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ela visa tornar acessível o ensino a indivíduos com algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental, e deve ser desenvolvida com apoio complementar específico, quando necessário, a fim de promover um ambiente educacional inclusivo e favorável ao convívio social.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA

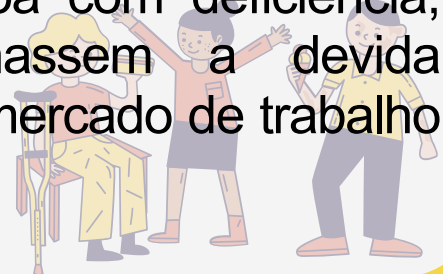


Os sistemas de ensino regular e especial ocorreram paralelamente, mesmo trazendo caráter assistencialista ou normalizador. No Brasil, a partir da década de 1990, as diretrizes defendidas quanto aos Direitos Humanos consistem na garantia de políticas públicas, inclusivas e universais na educação, contexto surgido à partir da efervescência da Constituição Federal de 1988 (VASCONCELLOS; RAHME; GONÇALVES, 2020).

Com o avanço dessas políticas, a LDB foi instituída conforme Lei nº 9.394/96 e elencou a educação especial como prática de ensino na educação básica, garantindo que crianças atípicas tivessem acesso à escola regular e conforme fossem crescendo e se desenvolvendo, pudessem ter sua permanência escolar garantida.

Assim, o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) foi desenvolvido como proposta para responder às demandas dos sujeitos que estavam sendo negligenciados. No entanto, “apesar das garantias legais e das diretrizes das políticas educacionais, o ingresso de pessoas com deficiência nos cursos técnicos integrados é bastante reduzido” (VASCONCELLOS; RAHME; GONÇALVES, 2020, p. 556), o que pode ser resultado de políticas de educação, principalmente profissional, serem influenciadas por ideais neoliberais.

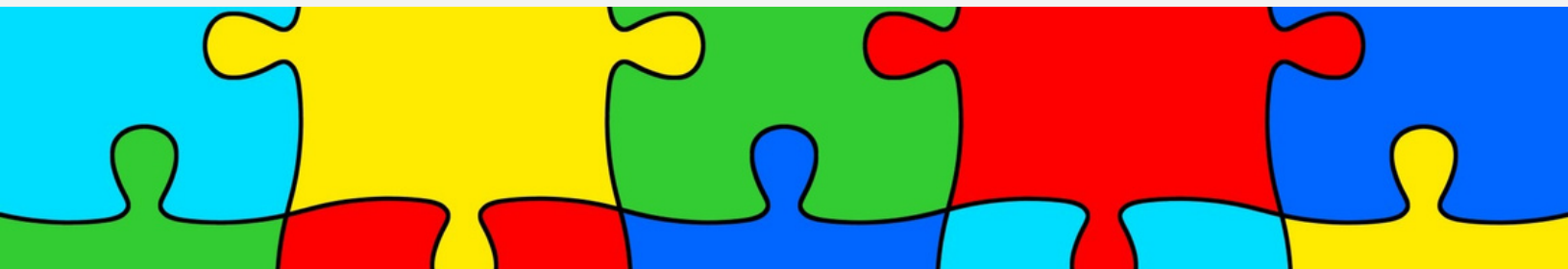
Uma das diretrizes da então Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência se deveu à ampliação das possibilidades de inclusão econômica da pessoa com deficiência, permitindo obter condições que proporcionassem a devida qualificação profissional, bem como inserção no mercado de trabalho (RAMOS, 2016).



Ramos (2016) afirma que diante do processo de inclusão do aluno com necessidades especiais em escola regular e, principalmente, profissional, alguns pontos como consequência podem ser estabelecidos. O primeiro é que, ainda que a abertura e procedimento prático de alunos frequentando as salas de aula profissionalizantes já se mostre algo atual e real, a observação se condiciona ao simples fato da matrícula, estudos e formação, nem sempre se traduzirem em inserção no mercado de trabalho.

Ademais, existem dados indicando que apesar de os alunos que participaram da proposta de capacitação profissional serem estudantes por mais de dois anos no referido curso, os mesmos não elevaram as expectativas de seus pais quanto ao ingresso no mercado de trabalho, devido ao fato de não terem condições reais de empregabilidade. A estrutura do ensino profissional e tecnológico condiciona ao ensino especial a demanda da contratação de mão de obra qualificada que, por sua vez, ainda impera cuidados para sua aceitação (RAMOS, 2016).

O último ponto indicado por Rossana Ramos (2016), refere-se ao controle de frequência dos alunos especiais ao ensino profissional. Dados sobre a participação e frequência de alunos especiais no Ensino Profissionalizante ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) concomitante, não estavam dispostos nas referidas matrículas. Este fato demonstra uma necessidade de mapeamento da relação entre modalidades, correlacionando-as com as etapas de ensino, e identificando a relação de matrículas com as modalidades EJA, Educação Profissional e Educação Especial.



Esses apontamentos demonstram o quanto ainda há para ser feito a respeito da promoção de educação profissional inclusiva, para que esta seja realmente efetiva e traga benefícios não só aos alunos com necessidades especiais, mas também para suas respectivas famílias e, sobretudo a sociedade em geral.



A LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para ser um profissional capacitado e convicto de suas ações, é necessário ter algum nível de conhecimento a respeito da legislação vigente no âmbito da Educação Especial. Pensar dessa maneira pode auxiliar bastante na atuação do profissional que precisa utilizar essas diretrizes para que se aproprie dos deveres que repercutem na garantia dos direitos dos alunos com necessidades especiais. A seguir, estão organizadas algumas dessas diretrizes sob a forma de leis, portarias, decretos e resoluções, nacionais e internacionais, que foram estabelecidas pela sociedade para nortear os atendimentos educativos a esse público-alvo:

- A Constituição Federal de 1988 – Estabelece a obrigação do Estado de oferecer educação especializada às pessoas com deficiência, assegurando-lhes o acesso à escola e à aprendizagem.
- LEI Nº 8.859/1994 – Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.
- Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) – Forneceu as diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais sob a ótica do movimento de inclusão social.
- PORTARIA Nº 1.793, DE DEZEMBRO DE 1994 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

- Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), estabelece a obrigatoriedade do ensino fundamental para todos e determina que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo a acessibilidade e a inclusão educacional.
- DECRETO Nº3.298/1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- PORTARIA Nº 319/1999 – Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.
- LEI Nº10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- PORTARIA Nº 554/2000 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille.
- RESOLUÇÃO Nº 2/2001 – CEB/CNE - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- PORTARIA Nº 3.284/2003 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- LEI Nº 10.436/2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Agora que estamos mais familiarizados com a legislação no âmbito da educação especial em nosso país, podemos renovar o nosso compromisso perante aos nossos alunos com necessidades especiais, no sentido de reafirmar que somos cidadãos conhecedores de nossos deveres em relação à garantia dos direitos desses indivíduos que já foram tão segregados ao longo do tempo e, que infelizmente, ainda sofrem negligências devido às influências de uma sociedade capacitista.



Diversidade no ambiente escolar: Quem são os alunos com deficiência?



A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (MORAGAS, 2021).

De acordo com o Censo Escolar de 2020 as deficiências mais comumente encontradas dentro do sistema de ensino são baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual, surdez e surdocegueira, bem como transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020).

Para promover uma educação inclusiva de verdade é preciso fortalecer a formação dos professores no âmbito da educação especial para que eles sejam capacitados para lidar com a diversidade de alunos que se apresenta no cenário educacional, sobretudo quando a modalidade envolvida é a educação profissional e tecnológica.

Com a educação inclusiva, as necessidades especiais não devem ser concebidas como problemas, mas sim como diversidade e o primeiro passo para a construção da cidadania é incentivar o respeito aos direitos e liberdades humanas dentro do ambiente escolar e, além disso, criar um elo entre escola e as famílias para que essa premissa seja multiplicada e vivenciada.



COMPORTAMENTOS INCLUSIVOS



Ao refletir sobre a abrangência que envolve os alunos com necessidades especiais, percebemos que eles constituem a diversidade que faz parte da realidade escolar e que deve ser preservada e tratada com dignidade, vemos que essa realidade representa uma grande oportunidade para o atendimento das suas necessidades educacionais específicas.

Nesse ínterim, a equipe transdisciplinar deve formar uma rede de apoio que busque estratégias moldadas a partir da ênfase nas competências, potencialidades e capacidades do aluno da educação especial.

Portanto, devemos considerar que estamos lidando com uma diversidade de aprendizes e que devemos observar atentamente as suas dificuldades e buscar intervenções que possam reduzi-las e oportunizar a aprendizagem significativa. Seguem algumas dicas de comportamentos inclusivos que podem ser praticados no ambiente escolar de forma a equiparar oportunidades e garantir o direito à equidade:

- **Para pessoas com baixa visão, cegueira, visão monocular:**

- Ao andar: Devemos deixar que ela segure o nosso braço;
- Na refeição: Podemos auxiliar no corte da comida, etc.

- **Para pessoas com deficiência auditiva:**

- Podemos sinalizar com a mão ou tocar no braço dela: O interlocutor deve falar de frente para a pessoa, de modo que esta tenha acesso à leitura orofacial, etc.





- **Para pessoas com deficiência física:**
 - Não se apoiar na cadeira de rodas; falar palavras como “ande”, “corra” e “caminhe”, são usadas pelas próprias pessoas com deficiência física, etc.
- **Para pessoas com deficiência intelectual:**
 - Devemos agir com naturalidade, como com qualquer outra pessoa; dar-lhe atenção e tratá-la de acordo com a faixa etária: criança, adolescente, adulta, etc.
- **Para pessoas com deficiências psicossociais:**
 - A melhor forma está na convivência em vida familiar, ambientes de estudo e trabalho, além do ambiente comunitário.



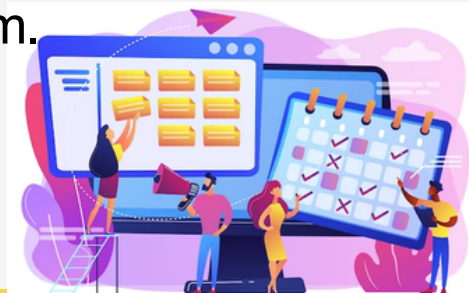
O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA



O planejamento pedagógico é a forma de organizar as atividades e os conteúdos que serão trabalhados na escola durante o ano letivo. A proposta deste documento consiste em explicitar o quanto o planejamento pedagógico é importante para a formação de alunos em qualquer nível de escolaridade ou modalidade de ensino, principalmente, quando se trata de alunos com necessidades especiais que, por sua vez, requerem mais atenção e intervenções transdisciplinares para que ocorra a extinção de práticas limitadas e limitantes no cenário educacional.

O sentido de planejamento que é praticado atualmente foge dos preceitos originais de sua função. Se vale hoje desse meio como a criação de documentação concebida pelo professor como um simples e básico formulário de intenções. Muitas vezes, o profissional confunde o planejamento com o plano de aula, então, o conceito de planejamento fica distorcido e, ao contrário, deveria ser tratado como um documento “previamente padronizado e diagramado em colunas, onde o docente redige os seus objetivos gerais, objetivos específicos, conteúdos, estratégias e avaliação” (FUSARI, 1990, p. 45).

Planejar não é preencher um documento e deixar nas secretarias escolares, ao contrário, deveria fazer referência à construção de documentos que relatam tarefas a serem executadas e objetivos a serem alcançados. Diante disso, o sentido é mais amplo e mais pertinente ao processo de ensino-aprendizagem.



Planejamento que contemplem regulações organizativas diversas, com possibilidades de adequações ou flexibilizações têm sido uma das alternativas mais discutidas como opção para o rompimento com estratégias e práticas limitadas e limitantes.

DANIELA ALONSO

O verbo planejar vai muito além do que o termo se refere, quando se trata de educação e devem sempre ser observadas as relações de poder no ensino. Assim, o conceito defendido por Thomazi e Asinelli (2009 p.182) tende a ser pertinente, pois afirmam que: “o planejamento ao mesmo tempo reflete e interfere nas relações entre: direção, supervisão, professores, além dos alunos e de suas famílias”.

Nesse sentido, cabe a cada profissional compreender a percepção do que seja planejamento e plano, pois apesar de construções diferentes, são instrumentos complementares.

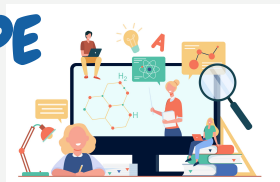
Carneiro (2016, p. 2) nos apresenta uma diferenciação entre planejamento e plano de ensino, sendo "o planejamento escolar é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social". Já o plano de ensino, consiste na "a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre". Dessa forma, se torna inevitável que o planejamento e o plano venham a se complementar, se relacionando num processo de ação-reflexão-ação dentro da prática social docente (FUSARI,1990).



Planejamento que contemplem regulações organizativas diversas, com possibilidades de adequações ou flexibilizações têm sido uma das alternativas mais discutidas como opção para o rompimento com estratégias e práticas limitadas e limitantes.

DANIELA ALONSO

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO EM EQUIPE TRANSDISCIPLINAR (PPET)



O planejamento pedagógico em equipe transdisciplinar pode ser considerado como uma ponte entre os profissionais que constituem a equipe transdisciplinar da instituição escolar. Esse instrumento tem sua fundamentação dada pela transferência de métodos de uma disciplina para outra, sendo que isto pode ocorrer em âmbitos distintos.

Entende-se que a proposição de um instrumento que tenha dois profissionais ou mais envolvidos, compartilhando a responsabilidade de ensino dos alunos com necessidades específicas pode ser bastante significativo para o progresso acadêmico desses alunos e para promover condições de espaço e tempo para troca de vivências e conhecimentos dos conteúdos de ambas as partes. Além disso, possibilita a discussão e aprofundamento teórico a respeito das decisões expressas no Projeto Político Pedagógico da escola.

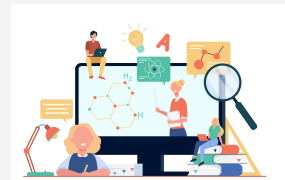
Agora que você já está imerso no contexto da educação profissional e tecnológica à luz da educação especial, podemos partir para a próxima seção deste Guia Colaborativo, que se refere ao conjunto de ações pedagógicas que é sugerido aos profissionais que compõem a equipe transdisciplinar para que possam desenvolver adequadamente o PPET dentro da sua instituição de ensino.



Planejamento que contemplem regulações organizativas diversas, com possibilidades de adequações ou flexibilizações têm sido uma das alternativas mais discutidas como opção para o rompimento com estratégias e práticas limitadas e limitantes.

DANIELA ALONSO

AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPET



Para um bom planejamento são necessárias perspectivas e análises sobre as atividades a serem desenvolvidas, não se limitando apenas ao conteúdo, mas a toda a metodologia a ser empregada e o sistema de avaliação. Para este fim, algumas reflexões devem ser feitas e a sugestão se orienta no sentido de ser praticada a oportunidade de encontros para estudo sobre textos teóricos que venham a auxiliar como suporte à prática pedagógica e ao próprio planejamento.

Ao sistema de ensino, particularmente a escola, devem ser disponibilizados meios que possibilitem formas de lidar com o planejamento do ensino e com seus desdobramentos em planos e projetos (FUSARI, 1990). Com este objetivo, o autor acrescenta que alguns processos devem ser considerados como agregadores a todo o ensino, a partir de elementos curriculares básicos.

O planejamento se dá nas perspectivas que se queiram atingir com as práticas pedagógicas, e nelas estão inseridas o contexto do próprio educador no sentido de que sua experiência condiz caminhos que possam ser seguidos ao sucesso das tarefas a serem desempenhadas e, principalmente, de acordo com o olhar voltado ao seu aluno.

As etapas para o desenvolvimento efetivo do seu PPET são:

- **Definição de dia e horário programados para a elaboração do PPET** – Possibilita que o grupo de trabalho tenha maior controle sobre as atividades realizadas ao longo do ano letivo garantindo a atenção para as necessidades de todos.

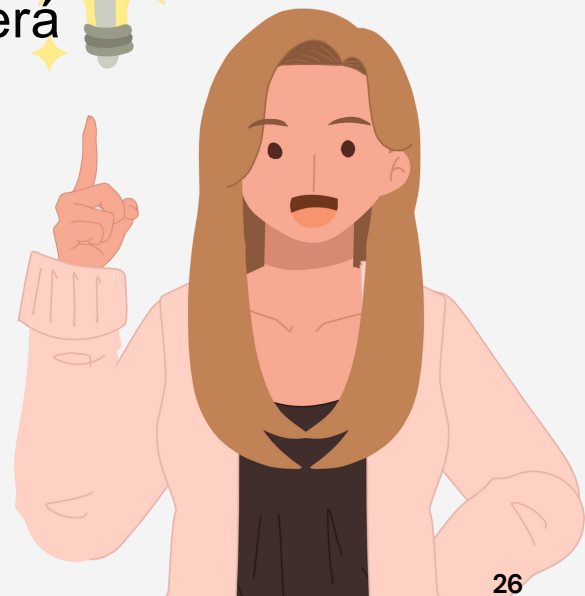
- **Conhecer e promover debate acerca do currículo e do plano de Ensino das Disciplinas** – Para que se tenha, em termos mais concretos e operacionais, a estrutura de atividades do professor nas práticas da sala de aula e, por consequência, sejam desenvolvidos e alcançados os objetivos educacionais propostos junto aos alunos.
- **Levantar diagnóstico para necessidade de adaptação curricular e do plano de ensino** – Visa contribuir para a aprendizagem do aluno com deficiência, por meio de ações e estratégias de ensino de acordo com cada especificidade. Algumas publicações que podem ser referências para busca de mais informações e construção da identidade da equipe transdisciplinar:
 - CUNHA, Custódia Maria Araújo da. O currículo e as necessidades educativas especiais: Práticas de adequação curricular no terceiro ciclo. 2010. Tese de Doutorado.
 - DA COSTA, Vanderlei Balbino; DENARI, Fátima Elisabeth. Concepção docente sobre adequação curricular na educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 9, n. 1, p. 27-34, 2014.
 - LEITE, Lúcia Pereira et al. A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. Psicologia da Educação, n. 32, 2011.
 - LEITE, Lúcia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto. Adequação curricular: alternativas de suporte pedagógico na Educação Inclusiva. Revista Educação Especial, v. 23, n. 38, p. 357-367, 2010.



- **Monitoramento do aluno com deficiência** – Atividades que são diversificadas conforme a deficiência e as necessidades de cada estudante. Por exemplo, às pessoas com deficiência física, as principais ações do monitor podem ser referentes à ajuda no deslocamento do aluno e nas anotações do material passado em aula (MANGILI, 2015).
- **Formas de avaliação: entendendo o processo avaliativo** – São constituídas nos tipos de avaliações diagnósticas, formativas, comparativas e somativas, sendo as principais formas de avaliação escolar e fundamentais na observação das intencionalidades que cada um tem como objetivo.
- **Definição das intervenções para o atendimento ao aluno com deficiência** – Pela importância que o devido atendimento educacional especializado tenha, é necessária a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos, bem como de acessibilidade, para que sejam superadas barreiras que interfiram na participação dos alunos e estejam voltadas às necessidades específicas.
- **Registro do PPET** – É necessário que todas as ações pedagógicas, apontamentos, intervenções, intercorrências, etc a respeito do aluno, sejam registrados em documento próprio para auxiliar no monitoramento quanto ao progresso acadêmico dos alunos ao longo do ano letivo. Isso facilita com que qualquer profissional integrante da equipe transdisciplinar, ou até mesmo, outro profissional da instituição escolar consiga se atualizar e acompanhar o PPET em qualquer estágio em que esteja sendo desenvolvido.

Realizar planejamento em conjunto poderá contribuir no desenvolvimento do aluno da AEE. Lembre-se:

- O professor da AEE está qualificado e conhece o perfil do aluno que ele acompanha, e por este motivo poderá trazer informações que contribuam para aula;
- O professor da EPT tem total domínio do conteúdo que será apresentado, e poderá explicar sobre os objetivos da aula e qual resultado espera que seu aluno possa apresentar;
- O pedagógico poderá contribuir apresentando formas metodológicas para adaptação do conteúdo que será ministrado;



- Pense sempre em estratégias para melhorar o desempenho do aluno;
- Não contribua para exclusão do aluno em sala de aula, procure elaborar atividades de interação;
- Procure dialogar com a equipe sobre o pós aula, para confirmar se o formato escolhido de aula contribuiu para o desempenho do aluno;
- Pense sempre sobre as possíveis melhorias do processo;
- Não desista do seu aluno!



PROMOÇÃO DA PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA



Família e escola quando atuam juntas na formação das crianças e dos jovens, podem proporcionar o suporte e o incentivo necessários para que eles se desenvolvam de forma integral e alcancem todo o potencial que possuem (SAE, 2023).

Nos bastidores da vida de um aluno com necessidade especial, existe uma família que também demanda necessidade de atenção e orientação. Quando a família se envolve com a escola, ela pode revelar questionamentos acerca das ações desenvolvidas no contexto escolar e, que na maioria das vezes, não permite abertura para a escuta ativa e compreensão daqueles que também necessitam ser fortalecidos em meio ao desamparo individual, coletivo e institucional que são acometidos (ALVES, 2014).

Diante disso, é imperativo que os familiares sejam convidados a assumir essa parceria com a escola no processo de desenvolvimento da educação profissional inclusiva, no qual eles podem informar sobre as potencialidades de seus tutelados, opinar e, até mesmo, serem orientados por algum membro da equipe transdisciplinar. Essa conduta pode favorecer a sensibilização da família, bem como do sistema educacional. Assim, todos os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem podem realmente ocupar seus espaços de protagonismo na realidade vivida, sobretudo no cotidiano escolar.



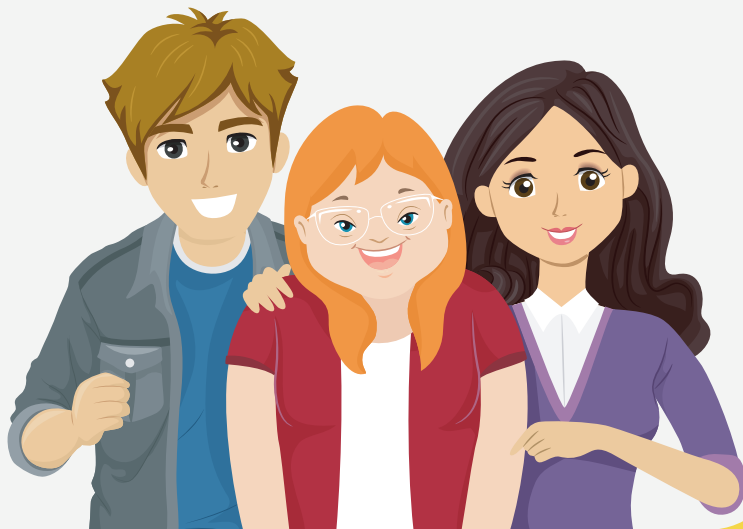
Família e escola precisam atuar em conjunto num só objetivo: Formar uma pessoa completa, desenvolvendo todas as suas capacidades.

ANDREA RAMAL.

A partir dos registros obtidos através do desenvolvimento do PPET, as ações pedagógicas também podem ser pensadas para promover espaços de fala com essas famílias, sob a forma de reuniões periódicas, eventos que envolvam a família e/ou palestras informativas acerca de um assunto que demande atenção e, por consequência, é possível que os laços entre família e escola se tornem mais estreitos e consolidados.

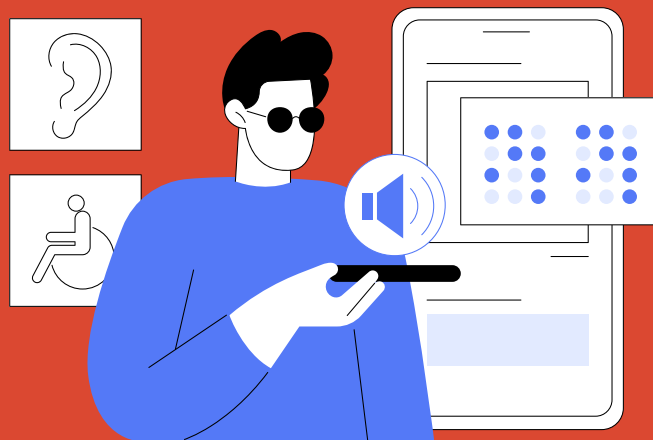
Fantástico como um instrumento pedagógico pode funcionar também como um modelo de intervenção voltado para as famílias e que pode até provocar o fortalecimento de políticas de educação inclusiva, não é verdade?

Então, esperamos que essa proposta de elaboração de planejamento pedagógico colaborativo possa incentivar a você e seus colegas professores, para comporem e instituírem uma equipe de profissionais transdisciplinares em sua instituição de ensino e que esse ato político possa contribuir bastante para que ocorra o protagonismo tão desejado entre os sujeitos que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem.



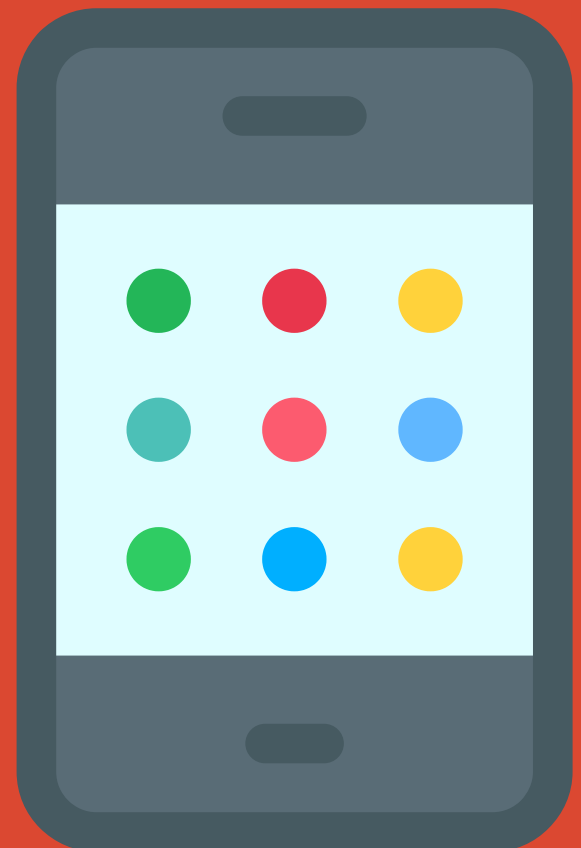
TECNOLOGIA ASSISTIVA EM FAVOR DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Este capítulo final é uma proposta adicional e contemporânea que pode ser bastante atrativa e viável para ser aplicada no contexto de um centro estadual de educação técnica, por exemplo. Visto que uma escola técnica deve acompanhar as constantes transformações na sociedade e, nesse ínterim, precisa oferecer conhecimentos no âmbito da tecnologia aos seus alunos para torná-los profissionais qualificados e com um currículo compatível com as exigências do mundo de trabalho.



A tecnologia assistiva trata-se de uma área do conhecimento, interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços de modo a promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (NEGRÃO; SÁ, 2021).

Diante de nosso contexto pedagógico, a tecnologia assistiva pode ser requerida como um modelo interventivo incorporado ao PPET, cujas ferramentas aplicadas no ambiente escolar têm beneficiado o processo de ensino-aprendizagem na educação especial tornando a aprendizagem significativa e mais atrativa aos alunos com necessidades especiais.



De acordo com o estudo de Negrão e Sá (2021), a tecnologia assistiva possui ferramentas que podem oferecer inúmeros benefícios aos usuários, bem como para a promoção da educação inclusiva, destacam-se:

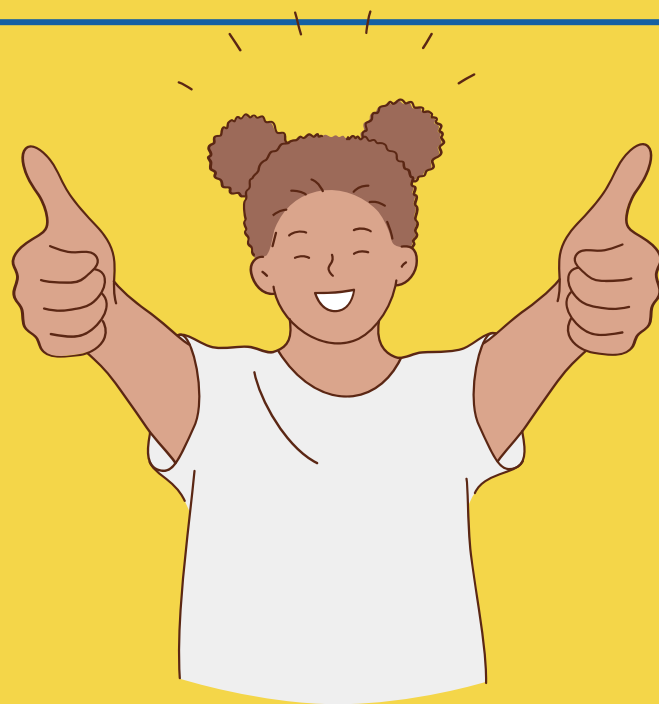


- Auxílio para a vida diária e prática;
- Comunicação aumentativa e/ou alternativa;
- Recursos de acessibilidade ao computador;
- Sistemas de controle de ambiente;
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Órteses e próteses;
- Adequação de postura;
- Auxílio de mobilidade;

- Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação para pessoas com baixa visão ou cegas;
- Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com déficit auditivo, surdez ou surdocegueira;
- Adequação em veículos e em ambientes de acesso ao veículo;
- Esporte e lazer.



Esperamos ter convencido de que quando você tem os profissionais capacitados, nos lugares certos, refletindo e analisando juntos acerca da jornada a ser seguida ao longo do planejamento pedagógico que, por sua vez, norteia o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais, fica muito mais fácil obter o progresso acadêmico deles.



Uma equipe de excelência é composta por profissionais capacitados, competentes e comprometidos, que dividem a responsabilidade e enfrentam os desafios que surgem ao longo do processo.



Desejamos uma boa jornada pedagógica!

Referências

ALVES, Edvania Dos Santos. Educação especial e a família: compreendendo as experiencias no contexto escolar. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em:

<<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8705>>. Acesso em: 01/12/2023 18:38.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais da educação especial na educação básica. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Quais são os tipos de deficiência coletadas no Censo Escolar? Brasília, 2020.

CURITIBA. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Cartilha de Comportamentos diante de Pessoas com Deficiência. 2013.

CURY, Augusto. Planejamento Pedagógico: você sabe qual a importância dele? Escola da inteligência, 2018.

DA SILVA GOULARTE, Sirlei Ferreira; GONÇALVES, Agda Felipe Silva. Inclusão escolar na educação profissional: das percepções docentes aos desafios e possibilidades. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 2, p. 957-963, 2018.

MANGILI, Ana Raquel Périco. MÍDIA ACESSÍVEL E TRADUÇÃO AUDIOVISUAL. Matavunesp, 2015. Disponível em: <https://matavunesp.wordpress.com/2015/10/02/conheca-a-funcao-do-monitor-da-pessoa-com-deficiencia/> Acesso em: 28 out. 2023.

MORAGAS, Vicente Junqueira. Qual é a definição de pessoa com deficiência? Tjdft, 2021.

RAMOS, Rossana. Inclusão na prática: estratégias eficazes para a Educação Inclusiva. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2016.

RODRIGUES, Marcela Marinho; MENDONÇA, Angela; GUIRAUD, Fernando Luiz Menezes. Ministério Público do Paraná. Equipes transdisciplinares e os desafios de uma prática articulada em socioeducação. 2008.

SAE Notifica. Qual a importância da parceria família e escola? Sae digital, 2023. Disponível em: <https://sae.digital/parceria-familia-e-escola/#:~:text=Fam%C3%ADlia%20e%20escola%20atuam%20juntas,todo%20o%20potencial%20que%20possuem.> Acesso em: 28 out. 2023.